

VICTOR VALLA

OS ESTADOS UNIDOS E A INFLUÊNCIA ES-  
TRANGEIRA NA ECONOMIA BRASILEIRA:  
UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO (1904-1928)

XL

Coleção da *Revista de História* sob  
a direção de E. SIMÕES DE  
PAULA.



SÃO PAULO — BRASIL  
1972

## INTRODUÇÃO.

A área conhecida, hoje, como República Federativa do Brasil, tem sido, por mais de 400 anos, objeto de vários tipos de influência estrangeira. Inicialmente colonizada pelos portugueses e ainda no período colonial parcialmente dominada pelos holandeses, franceses, e espanhóis, por curtos períodos de tempo, e depois economicamente controlada pelos ingleses até o início do século XX, o Brasil de hoje, se encontra, neste ponto de sua história, vinculado à influência econômica da nação mais rica do mundo, os Estados Unidos, com quem mantém estreitas relações.

Este estudo não é uma tentativa de analisar as atuais relações econômicas entre os Estados Unidos e o Brasil, mas, é um esforço para determinar quando e de que maneira a economia americana começou a exercer influência determinante no Brasil.

O período tratado abrange os anos de 1904 a 1928, uma época que foi testemunha de uma influência enfraquecida, mas ainda importante, da Grã-Bretanha, que entrou em concorrência com a expansão rápida da economia americana na América Latina.

O fulcro deste estudo é a Primeira Guerra Mundial, acontecimento que foi o fator mais importante na modificação das influências estrangeiras no Brasil. Na tentativa de analisar a transição da economia brasileira, como resultado da I Grande Guerra, foi feito um estu-

do das relações econômicas entre o Brasil e os quatro países industrializados que controlaram a economia mundial durante o primeiro quartel do século XX.

Esta análise das relações econômicas do Brasil com a Grã-Bretanha, Alemanha, França e os Estados Unidos, tende a se centralizar no comércio exterior entre estas nações e o Brasil. Outros aspectos, como empréstimos e investimentos estrangeiros, são tratados com o objetivo de completar o estudo do comércio exterior.

Uma das possíveis contribuições deste estudo é a de apresentar, num volume só, uma série de dados selecionados que dizem respeito a um assunto que tem sido estudado por muitos autores, mas, quase sempre, em áreas parciais. À luz destes fatos, é nossa esperança que estas páginas possam servir como matéria de referência para estudantes da história contemporânea brasileira.

A função do estudo da história é a penetração no passado com o objetivo de melhor entender o presente.

Esperamos que este objetivo tenha sido alcançado nestas páginas e que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tenham sido um pouco mais definidas através de uma análise das relações iniciais destes dois países no quarto inicial do presente século.

## CAPÍTULO I.

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS, 1810-1910: UMA INTRODUÇÃO.

#### a). — *Capitalismo industrial até 1860.*

O período de cinquenta anos, de 1810 a 1860, foi de maior importância na primeira revolução industrial. As causas desta mudança profunda na sociedade moderna foram, basicamente, a revolução comercial dos séculos XV e XVI, e o enfraquecimento das raízes do feudalismo na Europa ocidental.

Um dos resultados principais da revolução comercial foi o descobrimento do Novo Mundo e a acumulação conseqüente dos metais preciosos, principalmente na Espanha. O êxodo em massa dos servos para os burgos nascentes, foi um dos sintomas do enfraquecimento das raízes do feudalismo. A combinação destes dois fatores contribuiu para o início do capitalismo industrial.

Uma das primeiras nações a apresentar condições maduras para o capitalismo industrial, foi a Grã-Bretanha.

E' importante salientar que a necessidade de produção industrial interna, como meio de construir uma nação poderosa, foi um dos impulsos principais que estimulou a revolução industrial na Grã-Bretanha. A filosofia econômica de produção máxima, com o objetivo de exportar o máximo possível, resultou no desenvolvimento das invenções básicas, como a máquina a vapor, a indústria siderúrgica, as ferrovias e a implantação conseqüente destas invenções na Grã-Bretanha.

Duas nações não tinham, ainda, entrado na fase do capitalismo industrial, neste período: Portugal e Espanha. Durante os séculos XV e XVI esses países, embora com suas estruturas agrícolas, principalmente, possuíam poderosas marinhas mercantes. Devido à sua localização geográfica, Portugal e Espanha eram os pioneiros nos descobrimentos do Novo Mundo e, rapidamente, tornaram-se as metrópoles para quase todas as colônias da América Central e da América do Sul.

As colônias portuguesas e espanholas, comercialmente ricas, permitiam que as suas metrópoles acumulassem grandes quantidades de

“capital comercial”: Portugal, através da produção de açúcar do Brasil e a Espanha, quase exclusivamente pela mineração de metais preciosos. Devido à estrutura essencialmente agrícola destas metrópoles da Península Ibérica, os lucros das suas colônias na América Latina não podiam ser investidos numa produção industrial interna. Esta situação singular de Portugal e Espanha resultava nos processos de reinvestir os lucros no comércio colonial, de aumentar o poderio militar da metrópole e de favorecer a vida de luxo nas côrtes. Mercadores portugueses decidiram, muitas vezes, até depositar seus lucros em bancos holandeses.

Nações como a Grã-Bretanha, França e Holanda, sofrendo uma rápida transição do feudalismo para o capitalismo, e já dentro de uma estrutura que permitia uma produção industrial interna relativamente desenvolvida, começavam a exportar muitos de seus produtos para Portugal e Espanha. Tendo em vista que as duas nações da Península Ibérica tiveram que pagar por estes produtos com metais preciosos ou gêneros tropicais, ambas, rapidamente, se tornaram dependentes, economicamente, dos países mais adiantados no setor industrial, principalmente da Grã-Bretanha.

Dependência econômica significa dependência política e no meio do século XVIII a influência inglesa já era substancial nas colônias da América Central e América do Sul. A bem sucedida revolução americana de 1776 ajudou a intensificar os interesses dos ingleses nas colônias de Portugal e Espanha, uma vez que a política externa dos Estados Unidos foi de prudência para com o comércio inglês, pelo menos durante as primeiras décadas depois da revolução.

b). — *Capitalismo industrial depois de 1860.*

A Grã-Bretanha, devido a condições favoráveis criadas durante o século XVIII, conseguiu uma ascendência admirável na economia mundial. França e Estados Unidos, devido às mudanças políticas em suas áreas respectivas, durante a última parte do mesmo século, conseguiram um certo desenvolvimento industrial, embora este desenvolvimento tivesse permanecido em nível secundário por algum tempo.

A Alemanha, o quarto país considerado neste estudo, conseguiu um crescimento espetacular somente depois de 1870, ano da Guerra Franco-Prussiana. Esta conflagração serviu como uma das principais motivações na unificação dos estados individuais, processo que viria permitir a industrialização rápida do novo império alemão.

Progresso gera progresso e a primeira revolução industrial foi responsável pela segunda. Sinais concretos desta segunda revolução começaram a aparecer na segunda metade do século XIX (c. 1860).

Historiadores têm salientado as seguintes características como básicas do processo: a invenção do processo Bessemer na siderurgia, o aperfeiçoamento do dínamo e o pleno uso do motor de combustão interna. Aço, eletricidade, petróleo, maquinaria automática e ligas metálicas foram alguns dos resultados particulares desta segunda revolução.

Naturalmente, a Grã-Bretanha permanecia na posição de líder econômico e político na cena internacional e os ingleses adotaram esta segunda revolução industrial com facilidade, devido ao seu grau de industrialização, já então alto, para os padrões da época.

Países como a França, Estados Unidos e Alemanha, mais ricos em recursos naturais e maiores em extensão territorial do que a Grã-Bretanha, apresentaram-se como fortes rivais para a liderança industrial no mundo. Os Estados Unidos e a Alemanha foram capazes de superar a Grã-Bretanha na produção de aço e no número de milhas de ferrovias nacionais, no fim do século XIX.

Dois características mais importantes do capitalismo industrial são a necessidade da expansão no comércio e o aumento resultante dos lucros. O capitalismo industrial foi responsável pela união do capital com a manufatura. Quando um certo nível de industrialização era alcançado dentro de um dado país, êle começaria, então, a buscar mercados no exterior, onde os produtos manufaturados poderiam ser trocados por matérias-primas.

A independência política conseguida pelos países da América do Sul, durante a primeira metade do século XIX, ajudou muito a causa do capitalismo industrial. Países desenvolvidos nesse particular, como a Grã-Bretanha, necessitando de expansão de mercados e lucros, participavam da implantação dos meios de transporte e comunicação na América do Sul, manobra que iria contribuir, para que o comércio com êsses países, fôsse feito de maneira mais eficiente.

c). — *Síntese da história econômica do Brasil, de 1810 a 1910.*

Portugal, mãe-pátria do Brasil colônia, tornou-se dependente economicamente da Grã-Bretanha durante o século XVII. Embora, existisse, nesta época, monopólio comercial entre Portugal e o Brasil, a realidade mostrava que a Grã-Bretanha era quem determinava o destino do comércio brasileiro. As revoluções, primeira e segunda, resultaram no grande aumento da produção industrial da Grã-Bretanha, fato que motivava a busca, pelos ingleses, de mercados estrangeiros, onde seus produtos pudessem ser vendidos.

Na relação "Grã-Bretanha-Portugal-Brasil", Portugal serviria como intermediário, aproveitando o seu monopólio comercial a fim de mandar produtos ingleses ao Brasil, enquanto matérias-primas brasi-

leiras eram, principalmente, destinadas a Portugal, antes de entrar na Grã-Bretanha, como pagamento dos bens manufaturados.

A primeira oportunidade dada à Grã-Bretanha para estabelecer comércio livre com o Brasil, surgiu com o bloqueio determinado por Napoleão, em 1807, visando impedir o comércio europeu com a Grã-Bretanha. Com o comércio luso-brasileiro ameaçado pelo bloqueio, o Regente português fugiu para o Brasil, ocorrendo como uma das conseqüências dessa fuga, a abertura dos portos brasileiros ao mundo.

Por sua vez, a Grã-Bretanha havia perdido seu monopólio em várias colônias norte-americanas e o bloqueio, embora não fôsse completamente efetivo, ofereceu alguns obstáculos ao comércio inglês na Europa. Destarte, a solução lógica foi a Grã-Bretanha intensificar suas atenções econômicas na direção da América do Sul.

Dois anos depois da chegada do regente português, Brasil e Grã-Bretanha assinaram um tratado comercial, dando aos ingleses, o direito de exportar seus bens manufaturados, pagando uma tarifa de apenas quinze por cento *ad valorem*.

Despesas militares antes de 1822 e a vida luxuosa da côrte portuguesa no Brasil, forçaram Portugal a contrair várias dívidas com a Grã-Bretanha. O padrão de vida dos nobres lusitanos no Brasil resultava num *deficit* na balança comercial da colônia. Com a Declaração da Independência em 1822, o Brasil assumiu a responsabilidade do pagamento das dívidas portuguesas. Como resultado desta situação, o nôvo govêrno brasileiro seria obrigado a contrair novas dívidas, logo depois.

Por muitos anos, a única fonte de receita do govêrno brasileiro foram as baixas tarifas nas importações. Devido à esta única fonte de receita e à necessidade de capital para o desenvolvimento da nova nação, o govêrno brasileiro obrigou-se a procurar novos empréstimos na Grã-Bretanha. Esta acumulação de empréstimos e suas constantes taxas de juros, chegaram a tal ponto, que nos meados do século XIX, quase quarenta por cento do orçamento do govêrno brasileiro estava sendo gasto com os juros dos empréstimos ingleses (1).

Com o monopólio português sendo liquidado, em 1810, a Grã-Bretanha, rapidamente aumentou sua influência na economia brasileira. Além do fato de que o Brasil dependia dos empréstimos ingleses, como fonte maior de seu capital necessário, uma grande porção dos produtos manufaturados importados, também vinha do mesmo país.

---

(1). — Prado (Caio Júnior), *História Econômica do Brasil*, Editôra Brasiliense, São Paulo, 1956, (9a. edição), p. 142.

O fato do Brasil exportar um número limitado de gêneros tropicais resultava numa situação de dependência econômica para com as nações compradoras. Tal situação seria particularmente evidente, com o advento da monocultura cafeeira.

A produção de café, começando na primeira metade do século XIX, cresceu rapidamente e, na segunda metade do mesmo século, quase setenta por cento da exportação brasileira figurava na forma de café, a maior parte destinada aos Estados Unidos.

As muitas inovações conseqüentes da segunda revolução industrial, eventualmente chegaram ao Brasil e foram implantadas, muitas vêzes, com o auxílio do capital estrangeiro, particularmente o inglês. A construção ou melhoramento de estradas, as primeiras ferrovias no Brasil, linhas telegráficas e a ampliação de portos foram fatores que modificaram o aspecto das partes mais desenvolvidas do Brasil e, simultaneamente, ajudava os ingleses a firmar seu controle sobre a produção e a exportação dos gêneros tropicais.

A última década do século XIX serviu como testemunha de sérios problemas financeiros no Brasil. Com o advento da República, em 1889, não somente o governo central procurava empréstimos no estrangeiro, mas também os Estados, individualmente. A dívida externa do Brasil alcançou noventa milhões de libras em 1910 (2).

O novo governo brasileiro, obrigado a emitir papel-moeda, encorajava, indiretamente, a especulação e um eventual desastre financeiro e a conseqüente desvalorização da moeda brasileira. Um empréstimo inglês resolveu o problema imediato do governo brasileiro, mas foi responsável por um controle ainda mais forte da Grã-Bretanha na economia brasileira.

Durante os anos que imediatamente precederam a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira continuava extremamente instável e sujeita ao controle estrangeiro, resultado do fato de que o Brasil continuava a exportar alguns poucos produtos em grande escala. Dêstes, o café, o mais importante, começou a sofrer a concorrência de outros países produtores.

d). — *O Brasil dentro do contexto das relações entre a América Latina e os Estados Unidos.*

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina, durante a primeira metade do século XIX, eram, em geral, fracas, embora tivesse sido declarada a Doutrina de Monroe, em 1823. Até o início do século já mencionado, os Estados Unidos andavam extremamente

---

(2). — *Ibidem*, p. 217.

preocupados com a necessidade de se firmar como uma nação econômica e politicamente independente.

Embora os Estados Unidos estivessem, naturalmente, interessados nos movimentos de independência das colônias portuguesas e espanholas, ofereceram pouco estímulo a tais colônias, com medo de criar problemas políticos com a Espanha. Uma possível aquisição da Flórida era um alvo da jovem nação americana, motivo por que seria pouco prudente um atrito com a nação espanhola.

A Doutrina de Monroe era raramente contestada durante a primeira metade do século XIX, fato que ocorreu devido a algumas situações independentes do pensamento de Washington: a rivalidade das nações européias entre si, os interesses ingleses na América do Sul e a própria distância geográfica da Europa.

Os dois contactos importantes dos americanos com a América Latina, durante a primeira metade do século XIX, ocorreram em consequência da Independência do Texas, em 1836, e da Guerra entre os Estados Unidos e México, em 1845.

A guerra civil americana criou, nos Estados Unidos, condições para uma industrialização rápida. Depois de 1865 a economia americana cresceu rapidamente e, dentro das regras de capitalismo liberal, foi motivada pela necessidade de expansão: novos mercados para os produtos manufaturados americanos, que poderiam ser trocados por matérias-primas preciosas.

A vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha, em 1898, resultou na tomada das seguintes áreas de influência espanhola: Cuba, Porto Rico, Ilhas Filipinas e Ilha de Guam. A necessidade de proteger os interesses econômicos, recentemente conseguidos no Extremo Oriente e o interesse de manter uma influência crescente na América Central, resultaram na formação da República do Panamá e no início da construção do Canal de Panamá, em 1903.

\* \*  
\*

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil foram oficialmente estabelecidas, várias vezes, durante a primeira metade do século XIX, embora o governo brasileiro orientasse seus interesses mais em torno da Grã-Bretanha. O reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos, em 1824 e o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, de 1828, constituíram-se em acontecimentos que viriam criar os primeiros contactos diplomáticos entre as duas nações. Devido ao influente controle inglês dos interesses econômicos do Brasil, e devido à distância geográfica entre essa nação e os Estados

Unidos, as autoridades brasileiras não encontraram motivação para emitir declarações a respeito da Doutrina de Monroe ou de acontecimentos como a Guerra entre o México e os Estados Unidos.

O governo brasileiro, oficialmente, declarou que as relações com o governo americano eram importantes, uma vez que o Brasil era a única nação latino-americana cujas origens não eram espanholas (3).

Sòmente na segunda metade do século XIX as relações começaram a se desenvolver mais intensamente, com mais da metade do café brasileiro entrando nos portos americanos, depois de 1865. Uma consequência deste comércio foi que o governo americano passou a cogitar da possibilidade de exportar mais seus produtos manufaturados para o Brasil. Entretanto, a pressão da Grã-Bretanha e o medo do governo brasileiro de ficar, mais uma vez, dependente de uma nação mais rica, agiram como obstáculos contra um aumento de importações dos Estados Unidos.

O governo dos Estados Unidos constantemente alegava que, uma vez que seu país era o maior importador do café brasileiro, esse país deveria agir reciprocamente, facilitando a entrada dos produtos americanos.

Com a exceção do comércio do café, as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos se desenvolveram lentamente durante o século XIX. Relações diplomáticas foram rompidas duas vezes, o Caso Wise (1846-1847) e o Caso Webb (1869).

A proclamação da República brasileira, em 1889, começou a indicar mudanças nas relações dos dois países e, em 1891, o Brasil e os Estados Unidos assinaram um tratado comercial, que reduzia as tarifas nos produtos americanos.

Em 1894 o Presidente Floriano Peixoto foi auxiliado pela intervenção militar dos Estados Unidos, acontecimento que ajudou a acelerar o estreitamento dos laços entre os dois países.

Durante a permanência do Barão do Rio Branco, como Ministro de Relações Exteriores (1902-1912), uma aliança mais sólida foi firmada entre o Brasil e os Estados Unidos. A rivalidade do Brasil com a Argentina agiu como um dos motivos para a aproximação entre os governos brasileiro e americano (4). À luz destes fatos, uma certa deseuropeização da política exterior brasileira começou a se revelar durante a primeira metade do século XX, tornando-se evidente durante a Primeira Guerra Mundial.

---

(3). — Rodrigues (José Honório), *Interêsse Nacional e Política Externa*, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, p. 26.

(4). — *Ibidem*, p. 102-3.